
A Comunicação da Sustentabilidade Enquanto Violência Simbólica e Cultural¹

Pedro MARTINS²
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

RESUMO

Este artigo busca estabelecer aproximações entre os conceitos de violência simbólica, de Bourdieu, e o de violência cultural, de Galtung, com vistas a compreender em que medida essas noções teóricas podem ser operacionalizadas na análise do fenômeno da comunicação midiática das corporações a respeito da sustentabilidade. Diante de um cenário de grave crise ecológica global, estas empresas são convocadas a adotar práticas menos danosas ao meio ambiente. Assim, acabam por estabelecer, de forma sutil e invisível, por meio de aparatos comunicacionais, uma visão única da sustentabilidade, fazendo valer a posição de dominação que detém na estrutura social. A partir de pesquisa bibliográfica, a discussão enseja uma compreensão mais ampla acerca do jogo de poder e legitimidade exercido na interface entre comunicação e sustentabilidade.

Palavras-chave: Comunicação; Sustentabilidade; Violência simbólica; Violência cultural;

Introdução

A sociedade contemporânea está sendo confrontada com diversas crises que se inter-relacionam, sendo a ecológica talvez a mais significativa, pois coloca em risco a existência da espécie humana no Planeta Terra (ABRANCHES, 2017; JACOBI, 2015; KISHINAME et al, 2004). As corporações, responsáveis por grande parte desses impactos, são convocadas a participar ativamente de um processo de mudanças na tentativa de buscar um modelo econômico menos predatório à vida (WRI, 2021). Uma série de iniciativas institucionais foram construídas para reunir agentes do setor privado em torno do estabelecimento de compromissos coletivos, como, por exemplo o Pacto Global da ONU e a precursora Comissão Brundtland, que trouxe ao mundo de maneira sistematizada o tão conhecido conceito de desenvolvimento sustentável (ONU, 1987).

A ideia de sustentabilidade, antes restrita a círculos acadêmicos da ecologia e da biologia, começa a ser difundida amplamente no âmbito corporativo (VEIGA, 2007).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, da Universidade Estadual Paulista (FAAC/Unesp/Bauru), com pesquisa sobre comunicação e sustentabilidade do ponto de vista da disputa por legitimidade e influência; e-mail: pmartins.pereira14@gmail.com, sob orientação do Prof. Ass. Carlo José Napolitano.

Munidas de alto nível de poder de influência, as corporações são ágeis em incorporar a sustentabilidade em suas comunicações midiáticas (BUENO, 2012). Desde a responsabilidade social até a sigla ESG (meio ambiente, social e governança), observa-se um esforço constante da comunicação midiática das corporações para demonstrar o compromisso com a questão socioambiental (BARBIERI E CAJAZEIRA, 2013).

Todavia, conforme aponta Gudynas (2019), são distintas as noções em jogo a respeito do que deve ser a sustentabilidade, a depender das posições sociais objetivas de cada grupo, com variações significativas no que se refere às críticas ao modelo de desenvolvimento vigente. Para Shiva, existe uma tentativa de sobrepôr o conhecimento ocidental a outras formas de saberes, configurando uma forma de dominação, na qual a relação “com o projeto de desenvolvimento econômico é invisível e, por isso, tornou-se parte de um processo de legitimação mais efetivo para a homogeneização do mundo” (2005, p.81). Bourdieu (2001), por sua vez, assinala que o poder dos agentes para estabelecer uma representação do mundo social depende de aspectos como credibilidade, reputação e notoriedade, condições para o exercício da violência simbólica. Por fim, Galtung acredita que “a palavra da moda, o clichê do desenvolvimento sustentável, pode acabar sendo uma forma a mais de violência cultural” (2016, p. 154).

Galtung é um dos precursores do campo disciplinar denominado Estudos para Paz, nascido no âmbito das Relações Internacionais com o intuito investigar maneiras de se promover a paz de maneira consistente e contínua, levando em consideração aspectos econômicos e sociais. Questionando-se acerca de quais seriam os fatores que dão suporte a uma sociedade marcada por injustiças e desigualdades, o autor construiu um modelo teórico conhecido como o triângulo da violência, formado por três vértices: 1) Violência direta; 2) Violência estrutural; 3) Violência cultural. O pesquisador que pretende utilizar esse modelo deve compreender a maneira pela qual as três formas se articulam (FERREIRA, MASCHIETTO E KUHLMANN, 2019), o que será feito ao longo deste texto, apontando para a questão do ato de comunicar a sustentabilidade.

Um dos objetivos desta pesquisa teórica é, portanto, começar a operacionalizar as noções de violência em Bourdieu e Galtung em uma leitura crítica de práticas de comunicação das corporações sobre sustentabilidade, compreendendo se elas se incorrem no exercício de uma violência cultural e simbólica que busca impor uma suposta universalidade. Um segundo objetivo, decorrente natural do primeiro, é incrementar o

conhecimento a respeito das noções de violência em Bourdieu e Galtung, produzindo reflexões a respeito da disputa por legitimidade no campo da sustentabilidade.

A justificativa para a pesquisa é o fato de que existem aproximações entre o pensamento de Bourdieu e Galtung em diferentes campos do conhecimento (MAIA, 2017; MARQUES, D, MARQUES E J, OLIVEIRA, 2021; FERRARI, CABRAL E SALHANI, 2020), mas, ao que indica a amostragem das pesquisas consultadas, ainda não se deu ênfase exatamente ao diálogo cruzado entre os conceitos de violência, deixando, então, uma janela aberta para aprofundamentos.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi a pesquisa bibliográfica, por meio de análise da literatura científica pertinente aos conceitos de violência em Bourdieu e Galtung. No que se refere ao primeiro, a opção foi por algumas obras clássicas do autor, tais quais: “Meditações Pascalianas” (2001), “O Poder Simbólico” (2007) e “A Economia das Trocas Simbólicas” (2015). Com relação ao segundo, realizou-se leitura do artigo “La Violencia: cultural, estructural y directa” (2016) e do “Tras la violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución – Afrontando los efectos invisibles de la guerra y la violencia” (1998).

Para cumprir o objetivo do presente trabalho, além desta introdução, o primeiro tópico trata de como a comunicação se comporta diante do desafio alcançar um modelo de sociedade que seja menos danoso ao meio ambiente. Para tanto, traz alguns elementos de conexão entre comunicação e sustentabilidade, mas, principalmente, propõe uma discussão conceitual e cronológica acerca da ideia de sustentabilidade. O segundo tópico entra no cerne da problemática teórica proposta, apresentando os conceitos de violência de Bourdieu e Galtung, em uma análise cruzada que se propõe a estabelecer pontes com a questão da sustentabilidade.

A comunicação diante da discussão sobre sustentabilidade

A produção de uma comunicação estruturada, seja ela realizada pelo poder público, empresas ou movimentos sociais e ONGs, assume um papel importante nas discussões a respeito de questões socioambientais do mundo contemporâneo. A difusão de informações e as interações geradas em múltiplas plataformas midiáticas ao longo do processo comunicacional promove uma mediação da realidade, ou seja, um processo estruturante, no sentido colocado por Orozco (2006). As mídias contribuem para uma leitura de mundo que pode fazer com que atores coletivos e individuais passem a se

engajar em diferentes frentes de ação. Sendo assim, dentro do escopo deste artigo, passa-se a entender que certas formas de comunicação ganham uma direção: a de serem uma instância que ao mesmo tempo congregam uma preocupação com o meio ambiente e promovem a ideia de sustentabilidade.

Isso posto, vale lembrar da importância de se criar um debate em torno de quais são as estratégias discursivas e as formas de comunicação que terão o poder de promover o engajamento necessário para sensibilizar a população acerca de questões tão urgentes para a saúde do planeta e dos seres humanos quanto às que cientistas vêm apresentando, como as sistematizadas no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023). No âmbito organizacional, Lobato e Neiva (2022), por exemplo, analisaram a importância dos relatórios de sustentabilidade na construção da reputação – representação coletiva dos resultados de uma empresa ao longo dos anos - e do fortalecimento da imagem – resultado de um processo simbólico e de construção de sentido - das organizações. Sob uma perspectiva da interface entre comunicação e educação, Brianezi e Gattás (2022) defendem a educomunicação como uma frente fundamental na caminhada para o desenvolvimento sustentável (expressão que será discutida abaixo).

Para avançar no raciocínio, é necessário discutir o conceito de sustentabilidade, um termo que passou a estar presente nos mais variados contextos e discursos, mas é objeto de disputas, tanto no campo acadêmico quanto em espaços sociais como a comunicação midiática de empresas. Importante deixar claro que a opção adotada nesta pesquisa é por autores que trabalham com uma perspectiva crítica do termo, adentrando à complexidade epistemológica e implicações políticas e sociais. Com uma origem bastante definida nos campos da ecologia e da biologia, sustentabilidade “significa um equilíbrio dinâmico que permite a todos os seres, humanos e não humanos, participarem do processo da vida de maneira igualitária, considerando as necessidades das gerações futuras” (BOFF, p. 2004).

Gudynas explica que, “em sentido estrito, a origem do conceito está na dimensão ambiental, quando biólogos de populações e gestores de recursos naturais introduziram, na década de 1970, a ideia de colheitas ou capturas sustentáveis”. (GUDYNAS, 2022, p. 254). Em um detalhamento, Veiga relembra que, à época, o desafio desses pesquisadores de campos ligados às ciências ambientais era “identificar o ponto a partir do qual poderia ser rompida a resiliência do ecossistema” (VEIGA, 2015, p. 70), sinalizando que ao observar esse empenho “não há qualquer dificuldade em se perceber nessa procura o real

significado da noção de sustentabilidade (VEIGA, 2015, p.70), a saber, o cuidado pela capacidade biológica de sustento dos recursos naturais.

No intuito de fazer frente aos desafios de uma sociedade caracterizada por incertezas, riscos e degradação ambiental, Jacobi defende que “a sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas na medida em que a ênfase nos determinantes extra-econômicos” (2015, p.7) deve levar em conta equidade, justiça social e cuidado com todos os seres vivos. Visão que, aparentemente, sob um olhar superficial, converge com o Relatório Nosso Futuro Comum, elaborado em 1987 pela Comissão Brundtland, para o qual a sustentabilidade demanda um olhar sobre a saúde humana, a qualidade do ar e das águas e as belezas naturais (ONU, 1987). É este o documento que traz ao mundo de maneira sistematizada a ideia de desenvolvimento sustentável.

A definição estabelecida na Comissão é a de que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (ONU, 1987, p. 16). O Relatório Nosso Futuro Comum deixa claro se tratar de um entendimento que impõe certos limites ao crescimento econômico, especialmente no que se refere à exploração dos recursos naturais e capacidade da biosfera para absorver os efeitos das atividades humanas. E defende uma “nova era de crescimento econômico” (ONU, 1987, p. 16), na qual os recursos seriam compartilhados de modo a evitar a pobreza endêmica.

Embora a expressão “desenvolvimento sustentável” seja amplamente aceita e, até de certa forma, colocada como solução para os problemas de ordem socioambiental, essa tentativa de conjugar uma noção econômica – desenvolvimento – com uma biológica – sustentável – é alvo de críticas de diversos autores (JACOBI, 2015; ALIER, 1998; BOFF, 2001 et al). Um deles, possivelmente, o mais crítico deles, traz a seguinte ponderação:

Crescimento econômico é aumento do PIB, e desenvolvimento econômico seria mudança da estrutura da economia sem aumento do PIB...Assim, a definição implícita de “desenvolvimento sustentável”, segundo os inventores desta expressão, é “crescimento ou desenvolvimento econômico que seja compatível com a capacidade de sustento”. Daí a necessidade de se discutir a aplicação às economias humanas desta noção ecológica de “capacidade de sustento” de um território. Ou melhor dito, discutir sua *inaplicabilidade* (ALIER, 1998, p.102, grifo do autor).

O uso da expressão cunhada pela Comissão Brundtland passou a ser feito com diferentes sentidos, às vezes até opostos ao cunhado originalmente. Alguns agentes

sociais, como o setor privado, por exemplo, acabaram por adotar uma visão reducionista atrelada a crescimento econômico (BUENO, 2012). Para Gudynas, “o desenvolvimento, em qualquer uma de suas variedades, sempre é entendido como uma necessária apropriação da Natureza...a apropriação de recursos naturais é o combustível para esse crescimento desejado” (2022, p.21).

De acordo com Veiga, “para que a expressão desenvolvimento sustentável deixe de ser mero conto de fadas, será necessário que as sociedades contemporâneas assumam uma agenda ambiental” (2007, p.71) com desafios em quatro eixos: 1) Destruições de ecossistemas; 2) Respeito aos limites naturais do Planeta; 3) Utilização de tecnologias nocivas ao meio ambiente; 4) Crescimento populacional e padrões de consumo. Acerca deste último ponto, Loureiro (2006) comenta que para reverter um modelo de produção desconectado às verdadeiras necessidades humanas, é necessário haver uma profunda mudança política e uma reforma moral da sociedade.

Há um grande movimento no setor empresarial a nível global que pleiteia o protagonismo nas transformações que se fazem necessárias diante da crise ambiental que afeta a todos. Alguns autores (KISHIMANE, GRAJEW, ITACARAMBI e WEINGRILL, 2004) defendem que, devido ao fato de serem causadoras de impactos socioambientais em grande escala por meio de operações diretas ou indiretas, as empresas devem assumir compromissos e conceber soluções que vão além da filantropia. É no bojo dessas discussões que durante a década de 1990 começou a ganhar força a noção de responsabilidade social empresarial, estudada principalmente na área de conhecimento da administração de empresas, mas difundida amplamente pelos departamentos de marketing e comunicação como uma espécie de selo de qualidade.

De acordo com Barbieri (2004), a responsabilidade social empresarial contempla quatro grandes dimensões: econômica, social, ética e filantrópica. O autor entende que “a empresa social e ambientalmente responsável deve proteger o meio ambiente e contribuir para inclusão social com eficiência econômica, senão irá desaparecer em pouco tempo” (2004, p.413). Ou seja, nessa perspectiva, a performance econômico-financeira é entendida como sendo apenas um elemento dentro de um conjunto, deslocando-se a ênfase na lucratividade a qualquer custo. No campo da administração, esse modelo de avaliação de resultados chama-se *triple bottom line*, contemplando ganhos econômicos, sociais e ambientais.

Há, portanto, uma visão teórica, e corrente nas práticas das grandes corporações, de que é possível aliar ganhos econômicos com a preservação do patrimônio natural. Mais do que essa junção de cunho funcionalista, aparece também no *mainstream* da administração e do marketing a ideia de que a responsabilidade é vista pelos consumidores como um ativo fundamental, agregador de valor para a empresa e para a marca. Pesquisas de consultorias de mercado mostram que esses consumidores acreditam na importância de consumir produtos oriundos de processos sustentáveis e, inclusive, estão dispostos a pagar um valor mais alto por eles (AM et al, 2023; MADEIRA, 2023;).

Tal fenômeno vai ao encontro de uma teoria bastante difundida no contexto da gestão e da administração, a das partes interessadas (*stakeholders*). Segundo ela, os interesses dos acionistas e proprietários não devem ser os únicos a serem considerados pelas empresas nas estratégias de negócios. Grupos que influenciam e que são influenciados pela atividade empresarial, mesmo com perspectivas conflitantes, como, por exemplo, organizações ativistas e ambientalistas, também devem ser contemplados. Dessa forma, a teoria dos *stakeholders* se contrapõe à dos *stockholders*, defendida pelo economista liberal Milton Friedman, o qual entendia que as corporações possuem apenas responsabilidades perante os interesses dos acionistas (BARBIERI, 2012).

As grandes empresas, especialmente as que estão diretamente envolvidas com a extração e uso de recursos naturais, desempenham um papel importante para que o denominado “desenvolvimento sustentável” seja alcançado (ONU, 1987). Entre outros motivos, porque essa fatia do setor privado é um “grande detentor do poder econômico, propulsor de inovações e tecnologias influenciador e engajador dos mais diversos públicos – governos, fornecedores, colaboradores e consumidores” (PACTO GLOBAL REDE BRASIL, s.d. b). Segundo Loureiro et al (2014), para que se tenha transparência nas discussões concernentes à sustentabilidade, é necessário que haja um diálogo constante entre setor privado, sociedade civil e poder público. Um diálogo que, no entendimento do autor, é permeado de conflitos, uma vez que são forças distintas atuando em um mesmo campo.

Uma das partes interessadas (*stakeholders*) constantemente mapeada pelas grandes empresas são as comunidades que habitam em territórios vizinhos aos que são realizadas operações de caráter industrial ou extrativista. Com menor ou maior frequência, acidentes ambientais ocorrem nessas regiões, trazendo uma série de prejuízos e, a depender do caso, eliminação da vida, tanto para a diversidade biológica e ecossistemas quanto para as

peças que deles dependem. No Brasil, o setor de mineração é detentor de casos recentes e emblemáticos devido à magnitude dos agravos.

Ocorrências como essas estão previstas no campo do Direito Ambiental e da legislação brasileira, podendo ser classificadas como crimes ambientais, o que não cabe no escopo deste artigo. O que interessa neste estudo é observar que as ações danosas ao meio ambiente e comunidades podem ser entendidas conceitualmente como uma forma de violência direta, segundo a tipologia definida por Galtung (2003) para classificar as violências existentes na sociedade. A direta, no caso, é a aquela na qual pode-se identificar facilmente a figura da vítima e do agressor.

Uma leitura crítica a partir da ótica da violência

Conforme apontam diversos autores (BARBIERI, 2004; BUENO, 2015; LAMPIS et al, 2020), empresas dos mais variados segmentos econômicos são responsáveis por impactos ambientais devido à maneira pela qual se utilizam dos recursos não-renováveis³, gerando por consequência um desequilíbrio ecológico que pode ser classificado como uma forma de violência direta (GALTUNG, 2016) tanto para com a natureza quanto para comunidades que habitam áreas afetadas. A história da ecologia tem casos emblemáticos de desastres ambientais causados por empresas, que geraram prejuízos muitas vezes incalculáveis pois quando se trata de danos ambientais a coleta de dados para uma estimativa científica precisa é bastante complexa, isso sem levar em conta impactos morais, financeiros e psicológicos de pessoas que se viram na linha de frente de tais acontecimentos. A título de ilustração, vale um breve relato factual de três deles em território nacional.

O primeiro é no setor de mineração, onde dois rompimentos de barragens, em 2015 e 2019, resultaram em mortes de centenas de pessoas, contaminação dos rios, entre outros tantos agravos. São considerados duas das maiores tragédias ambientais a nível global por especialistas (FREITAS, 2019). O segundo exemplo é o incêndio de 197 horas de duração no Terminal Portuário de Santos, em 2015, causado pela explosão de tanques de combustível, gerando prejuízos à qualidade do ar, da água e do subsolo, além de pelo menos oito toneladas de peixes mortos (TOMAZELA, 2016). Por fim, a menção ao mega

³ De acordo com Barbieri (2004), os recursos naturais podem ser classificados duas grandes categorias. Os renováveis são aqueles que podem ser obtidos indefinidamente de uma mesma fonte, como, por exemplo energia solar, ar, água, plantas e beleza cênica. Os não-renováveis têm uma quantidade finita, que se for explorada de forma desequilibrada se esgotará, como é o caso dos minérios, carvão e petróleo.

vazamento de petróleo na Baía de Guanabara, no ano de 2000, que gerou uma mancha de 40 km², mortandade de peixes e, conseqüentemente, o empobrecimento de pescadores que deles dependiam (NITAHARA, 2016).

A partir de perspectivas teóricas críticas à noção de sustentabilidade prevista pelo *status quo* (GUDYNAS, 2019; JACOBI, 2015) e de conceitos que apontam para relações de dominação através da imposição de representações de mundo e formas de conhecimento, apresenta-se aqui a hipótese de que a comunicação ambiental de certas empresas pode também ser uma dentre tantas outras manifestações da violência simbólica (BOURDIEU, 2001, 2007 e 2015) e cultural (GALTUNG, 1998, 2003 e 2016) presentes na sociedade. Esta ideia será investigada em etapa ulterior, apoiada por base empírica, ao longo do desenvolvimento da pesquisa de mestrado na qual este artigo se insere. Para o escopo aqui delimitado, o objetivo é discutir as categorias conceituais de violência de Pierre Bourdieu e Johan Galtung, e compreender de que forma contribuem para analisar o fenômeno da comunicação da sustentabilidade realizada por empresas.

Intelectual que se debruçou em uma ampla variedade de objetos, desde a educação até os meios de comunicação em massa (LAGO, 2015; ORTIZ, 1983;), Bourdieu desenvolveu o conceito de violência simbólica ao longo de diferentes momentos de sua trajetória, sendo o primeiro deles provavelmente em *A Reprodução* (1968), onde dirige críticas ao sistema escolar enquanto espaço de exclusão. À posteriori, o assunto ganha corpo e passa a ser operacionalizado em outros campos sociais, além de entrelaçado com outros conceitos fundamentais do pensamento do autor, tais quais *habitus*, *campo* e *capital simbólico*. Os livros *O Poder Simbólico* e *Meditações Pascalinas* (MARTINO E MARQUES, 2022) apresentam a discussão da violência em profundidade, mas ela também com inserções em *Distinção: Crítica Social do Julgamento*, *A Dominação Masculina* e *A Economia das Trocas Simbólicas*. Esse é um ponto importante a se notar: o conceito é uma parte integrante da teoria sociológica do autor e possui uma envergadura da qual pretende-se, por ora, extrair aspectos essenciais que possibilitam realizar uma discussão bem fundamentada sobre comunicação e sustentabilidade.

Galtung, por sua vez, é um dos precursores do campo disciplinar denominado Estudos para Paz, nascido no âmbito das Relações Internacionais com o intuito investigar maneiras de se promover a paz de maneira consistente e contínua, levando em consideração aspectos econômicos e sociais. Questionando-se acerca de quais seriam os fatores que dão suporte a uma sociedade marcada por injustiças e desigualdades, o autor

construiu um modelo teórico conhecido como o triângulo da violência, formado por três vértices: 1) Violência direta; 2) Violência estrutural; 3) Violência cultural. O pesquisador que pretende utilizar esse modelo deve compreender a maneira pela qual as três formas se articulam (FERREIRA, KUHLMANN E MASCHIETTO, 2019), o que será feito ao longo deste texto, apontando para a questão do ato de comunicar a sustentabilidade.

É possível desde uma leitura inicial, portanto, detectar em ambos os autores um entendimento alargado do que vem a ser o fenômeno da violência, para além do significado do senso comum, atrelado em geral ao uso da força física para causar agressão a outrem. Esta forma, utilizando-se a tipologia de Galtung, pode, sim, ser considerada uma violência direta, ou seja, aquela em que se identifica facilmente o sujeito (indivíduo, grupo, instituição ou nação) executor do ato. No entanto, ela é apenas a ponta de um iceberg. Importante lembrar que Galtung e Bourdieu integram um rol bastante amplo de pensadores - de linhas ideológicas distintas muitas vezes - que se propuseram a criar formas inteligíveis de compreender o fenômeno da violência ao longo da história da humanidade, tais quais Friederich Nietzsche, Karl Marx, Walter Benjamin, Angela Davis e Slavo Zizek (SAMPAIO, 2020).

A bem da verdade, trata-se de um fenômeno complexo que permeia as relações sociais e tem pontos de contato com poder e dominação. Leituras propondo a aproximação entre os dois intelectuais foram realizadas em diferentes campos do conhecimento. Por exemplo, no da literatura, por Maia (2017), no da bioética, por Marques, D. Marques, J. e Oliveira (2021), e no da comunicação, por Gonçalves, Cabral e Salhani (2018), Ferrari, Cabral e Salhani (2020), mas, ao que indica a amostragem das pesquisas consultadas, em nenhum destes se deu ênfase exatamente ao diálogo entre os conceitos de violência, deixando, então, uma janela aberta para aprofundamentos.

Entende-se a partir da leitura de Bourdieu e Galtung que há uma relação de tensões entre grupos dominantes e dominados no tecido social, e que o convencimento dos primeiros perante os segundos não se dá pelo uso da força, mas por via da influência das instituições e do empenho de um arsenal simbólico, do qual fazem parte os discursos elaborados pelos agentes sociais⁴ – tomando-se o termo no sentido utilizado por Bourdieu

⁴ Uma citação direta, extraída de trecho de entrevista com Bourdieu contida no livro *Coisas Ditas (1990)*, trará um aporte importante para compreender um termo utilizado recorrentemente: “Eu queria reintroduzir de algum modo os agentes que Lévi-Strauss e os estruturalistas...tendiam a abolir, transformando-os em simples epifenômenos da estrutura. Falo em agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam” (p. 21).

ao longo de toda a sua obra – em posição de dominação. Os sistemas simbólicos – arte, religião, língua – exercem uma “função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica)” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Esse convencimento sutil, o qual Bourdieu chega a se referir como uma espécie de poder quase mágico (BOURDIEU, 1989), porque é exercido de maneira invisível, é um ponto central de união entre ele e Galtung, uma chave que pode ser útil para compreender uma ampla gama de fenômenos sociais, principalmente aqueles que, como é o caso da comunicação das corporações, participam explicitamente de um jogo, de uma disputa por reconhecimento e legitimidade.

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU, 2013, p.25)

Nota-se que a ideia de violência simbólica se encontra em alguns pontos com a noção de cultura trabalhada por Galtung: “A cultura prega, ensina, adverte, incita, e até embota nossas mentes para fazer-nos ver a exploração e/ou a repressão como algo normal e natural, ou possibilita a alienação para viver aparentando que não sentimos suas consequências” (GALTUNG, 2016, p.155). Ora, não é nada menos que o discurso dominante – incorporado de diferentes formas, tais quais imprensa, propaganda, mídias corporativas etc -, na posição de intermediário de uma determinada ideologia, o responsável por “impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada” (BOURDIEU, 1989, p. 14) de formas de pensamento “objetivamente ajustadas às estruturas sociais” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Qual seria então o discurso dominante no que se refere à sustentabilidade? Conforme discutido no tópico anterior deste artigo, autores apontam que a visão predominante ainda é aquela de caráter utilitarista, na qual os ganhos econômicos continuam em primeiro plano (ALIER, 1988; JACOBI, 2015; GUDYNAS, 2019). Ainda que não tenha sido um autor que se debruçou sobre as questões ambientais, Galtung traz contributos importantes para a problemática, como quando afirma que a intensiva exploração dos recursos naturais por meio da atividade industrial somada a um sistema de comercialização de commodities e produtos em larga escala a nível global são aspectos estruturais legitimados pelo paradigma do crescimento econômico (2016). Para o autor,

“o fato é que a palavra da moda, o clichê do desenvolvimento sustentável, pode acabar sendo uma forma a mais de violência cultural” (2016, p. 154).

O ponto central para compreender o conceito de violência, tanto em Bourdieu quanto em Galtung, e as maneiras de operacionalizá-lo na análise do fenômeno da comunicação da sustentabilidade, parece ser a legitimação – de um discurso, de uma ordem social, de um paradigma, de uma ideologia etc. Novamente: a degradação ambiental e os prejuízos causados a comunidades específicas (tradicionalistas) ou amplas (população, em geral) podem ser considerados como uma forma de violência direta pois é possível identificar os responsáveis. No entanto, “a consolidação do código cultural geral da dominação sobre a natureza, também como parte de uma síndrome de violação” (GALTUNG, 2004, p. 13) apoia-se em uma forma de conceber o mundo a partir da qual “lamenta-se o dano, mas não sua legitimação” (GALTUNG, 2004, p. 14).

Mesmo diante de alertas feitos pela ciência e de desastres socioambientais de grandes proporções causados pela ação de empresas, os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” são utilizados pela comunicação das mesmas como uma espécie de “bala mágica”, determinando uma visão homogeneizada do modelo econômico a ser seguido. Para Shiva, o modo pelo qual o saber ocidental racionalizado “é gerado, estruturado e legitimado e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geram desigualdades e dominação, e as alternativas são privadas de legitimidade” (2005, p.22). No entender de Bourdieu:

A forma por excelência de violência simbólica é o poder...exercido pelas vias da comunicação racional, ou seja com a adesão (extorquida) dos que, sendo os produtos dominados de uma ordem dominada por forças enfeitadas de razão..., estão forçados a conceder sua aquiescência ao arbitrário da força racionalizada (BOURDIEU, 2011, p. 101).

Essa forma de dominação exercida pelos dominantes por meio de seus aparatos de comunicação estabelece uma relação invisível com um projeto de desenvolvimento econômico enfeitado pelo adjetivo “sustentável” e, por essa razão, faz parte de um processo de legitimação mais efetivo (SHIVA, 2005). Um ponto de vista particular acerca da sustentabilidade, que é o dos dominantes, acaba sendo vendido como universal, sem espaço para debates fora dos limites de um determinado marco conceitual. No entanto, como lembra Bourdieu, “o que hoje se apresenta como evidente, adquirido, estabelecido de uma vez por todas, fora de discussão, nem sempre foi assim” (2001, p. 211).

Considerações Finais

Construir uma ponte conceitual entre os campos da comunicação, da sustentabilidade e das noções de simbólica em Pierre Bourdieu e violência cultural em Johan Galtung não é tarefa fácil, dada as ramificações desses arcabouços teóricos e a amplitude das obras dos dois autores em questão. Uma dificuldade que, no entanto, pode perfeitamente ser enfrentada ao afinar a metodologia, aprofundando-se nos conceitos centrais e procurando pontos de diálogo entre os dois outros pensadores principais utilizados como referência, para que passem a constituir uma base teórica sólida na análise da comunicação da sustentabilidade enquanto violência.

Esse entendimento de que a comunicação pode vir a ser uma forma de violência, além de ser uma ideia que foge do uso cotidiano, mesmo no campo acadêmico da respectiva área ainda carece de pesquisas teóricas e empíricas para que seja mais bem navegado. A pesquisa aqui apresentada permitiu trazer uma compreensão mais ampla acerca do jogo de poder, dominação e legitimidade exercido de maneira estrutural e estruturante, reforçando a possibilidade de operacionalizar esses conceitos a fim de construir uma criticidade do olhar para uma comunicação que se diz comprometida com transformações urgentes no sentido de preservar a vida no Planeta.

Referências

ABRANCHES, S. A Era do Imprevisto: A grande transição do século XXI. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BARBIERI, J.C; CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOURDIEU, P. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRIANEZI, T; GATTÁS, C. A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável. Revista Latinamericana de Ciencias de la Comunicación, v.21, n.41, p.33-43, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.55738/alaic.v21i41.908>. Acesso em: 29 jul.2023.

BOFF, L; Um ethos para salvar a terra. In: Camargo, Capobianco e Oliveira (orgs). Meio Ambiente Brasil - Avanços e obstáculos pós Rio-92. Fundação Getúlio Vargas, 2004, p.388-404.

BUENO, W. da C. Comunicação e sustentabilidade: aproximações e rupturas. Razón y palabra, Quito, n79, p.1-18 maio/julho, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1995/199524411006.pdf>. Acesso em: 08 jul.2023

FERREIRA, Marcos Alana S. V.; MASCHIETTO, Roberta H.; KUHLMANN, Paulo R. L. Estudos para a Paz: conceitos e debates. Aracaju: Editora UFS. 2019

FREITAS, C. Para aprender com Brumadinho. Agência Fiocruz de Notícias, Rio de Janeiro, 31. Jan. 2019. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/para-aprender-com-brumadinho>. Acesso em: 05. Ago. 2023.

GALTUNG, J. Tras la violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución – Afrontando los efectos invisibles de la guerra y la violencia. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 1998.

GALTUNG,, J. La Violencia: cultural, estructural y directa. Fundación Dialnet, Rioja, n 183, p.147-168, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5832797>

GUDYNAS, E. Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

IPCC. Climate Change: Synthesis Report. A Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf. Acesso em: 08 jul.2023.

JACOBI, P.; GIATTI, L.; AMBRIZZI, T. In: Philippi, A. e Fernandes, V. (orgs.) Práticas da Interdisciplinaridade no Ensino e Pesquisa, Manole, São Paulo, 2015.

KISHINAME, R; GRAJEW, O; ITACARAMBI, P; WEINGRILL, C; INSTITUTO ETHOS. Artigo base sobre responsabilidade socioambiental das empresas? In: Camargo, Capobianco e Oliveira (orgs). Meio Ambiente Brasil - Avanços e obstáculos pós Rio-92. Fundação Getúlio Vargas, 2004, p.388-404.

LAGO, C. Pierre Bourdieu e algumas lições para o Campo da Comunicação. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 728-744, set./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1807-8583201534.728-744>. Acesso em: 03. Ago. 2023.

LOUREIRO, C. F, LAYRAGUES, P, CASTRO, R (Orgs). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINO, L. M; MARQUES, A. C. Violência simbólica, sociedade do desempenho e vivências da alteridade: aproximações entre leituras de Han e Bourdieu. *Trayectorias Humanas Trascontinentales*, (14). Disponível em: <https://doi.org/10.25965/trahs.4869>

NITAHARA, A. Após 16 anos, pescadores ainda não foram compensados por vazamento da Reduc. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2016-01/apos-16-anos-pescadores-ainda-nao-foram-compensados-por-vazamento-da-reduc>

SAMPAIO, A. Notas para a crítica da violência. *Anãnsi: Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 115–142, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/9597>. Acesso em: 16 ago. 2023

SHIVA, V. *Monoculturas da mente*. São Paulo: Gaia, 2003.

TOMAZELA, J. MP cobra indenização de R\$ 3,6 bi por incêndio na Ultracargo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29. Nov. 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/mp-cobra-indenizacao-de-r-3-6-bi-por-incendio-na-ultracargo/>. Acesso em: 05. Ago. 2023.

ONU. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

ONU. Pacto Global da ONU no Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/no-brasil>. Acesso em: 08 jul. 2023.

OROZCO, G.O. *Comunicação Social e Mudança Tecnológica: Um Cenário de Múltiplos Desordenamentos* (2006) In: Dênis de Moraes (org). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.

ORTIZ, R (Org). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

VEIGA, J. E da. *A emergência socioambiental*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2015.

WRI. O que o novo relatório do IPCC significa para empresas e investidores, 2021. Disponível em: <http://www.wribrasil.org.br/noticias/o-que-o-novo-relatorio-do-ipcc-significa-para-empresas-e-investidores>. Acesso em: 08 jul. 2023.